política

Aprovado projeto que muda área de reserva ambiental

Contrapartida será inclusão de 89,34 hectares na região de preservação

/ PODER LEGISLATIVO

Bolívar Cavalar
bolivarc@jcrs.com.br

Em votação marcada por disputas nas galerias da Assembleia gaúcha entre militantes ambientalistas e sindicalistas de setores de logística, os deputados estaduais aprovaram nesta terça-feira o projeto de lei que altera a área da Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual Barba Negra, em Barra do Ribeiro.

A matéria, de autoria do Executivo, atende a uma solicitação da empresa chilena de celulose CMPC, que pretende construir um empreendimento no município com investimento anunciado de R$ 27 bilhões.

A proposta retira da reserva ambiental uma área de 17,55 hectares, e apresenta como contrapartida a inclusão de outra área de 89,34 hectares na região de preservação. Ou seja, há um aumento de cerca de 71 hectares da área preservada.

O projeto foi aprovado por 38 votos a 6, e votaram contra as bancadas do PSOL e do PSB e os deputados Adão Pretto (PT), Laura Sito (PT) e Sofia Cavedon (PT).

De acordo com o deputado Marcus Vinícius (PP), que é favorável ao projeto, a necessidade de desafetação da área se dá para que a CMPC possa construir uma estrutura portuária no local para escoamento da produção pelo Guaíba.

"É um projeto extremamente singelo. O impacto dele é praticamente nulo, se a gente for olhar do ponto de vista jurídico. É simplesmente uma desafetação de área e uma troca por uma área muito maior", afirmou o deputado.

Do outro lado, a deputada Luciana Genro (PSOL) apontou para riscos de aumento da poluição do Guaíba, criticou uma suposta falta de transparência de órgãos de fiscalização ambiental e argumentou que a área desafetada da reserva, embora cerca de cinco vezes maior que a incluída, apresenta características diferentes, pois, de acordo com a parlamentar, a região da contrapartida já sofreu com impactos ambientais por ter sido utilizada anteriormente para plantio.

"O projeto tem vários problemas, mas o principal deles é a falta de transparência. Há meses a gente solicitou um conjunto de informações para Fepam e para Secretaria do Meio Ambiente, e recebemos apenas nessa madrugada, e muito insuficientes. Respostas que demonstram que não há uma análise sobre as possibilidades do Guaíba ser totalmente poluído por este empreendimento, além de várias espécies serem ameaçadas", disse Luciana.

Este projeto chegou a ter seu trâmite retirado da Assembleia Legislativa na semana passada por conta de uma decisão judicial, mas um dia após a suspensão da liminar foi revista e a matéria pôde entrar na ordem do dia desta terça-feira.

RAUL PEREIRA/ALRS/DIVULGAÇÃO/JC



Medida atende solicitação da empresa chilena de celulose CMPC, que se instalará em Barra do Ribeiro

Câmara da Capital precisa votar LOA 2027 e pacote do Executivo

Amanda Schultz
amandas@jcrs.com.br

A menos de um mês do início do recesso legislativo, que começa no dia 23 de dezembro, a Câmara de Porto Alegre ainda precisa votar a Lei Orçamentária da Capital para 2027 e um pacote de projetos enviados pelo Executivo. A tendência é que a LOA 2027 seja apreciada na próxima quarta-feira, já que o prazo de apreciação encerra no dia 5 de dezembro e a redação final do projeto deve ser encaminhada até o dia 15 de dezembro para sanção do prefeito.

O orçamento apresentado pelo Executivo é de R$ 14,2 bilhões, com estimativas de receitas e despesas equilibradas. No caso de todos os contratos vigentes serem executados a pleno, há projeção de déficit de R$ 630 milhões para 2027.

O relator do orçamento, vereador Tiago Albrecht (Novo), afirma que a matriz orçamentária ainda está sendo analisada e os possíveis ajustes nos valores ainda serão avaliados até a apresentação do relatório. A previsão do relator é que o parecer seja apresentado à Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul (Cefor) até sexta-feira ou segunda para que a votação aconteça na próxima quarta-feira. Até o momento foram apresentadas 800 emendas pelos vereadores e estão sendo analisadas pelo relator.

Ainda no início de novembro, o prefeito apresentou um pacote de projetos para enviar à Câmara. As seis propostas do Executivo foram encaminhadas ao Legislativo com o intuito de serem apreciadas ainda em 2026.

Os projetos incluem a reformulação da estrutura tarifária do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) para adequar a legislação municipal às normas federais de saneamento; a redução de 30 para 10 salários mínimos do limite para pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs), a criação da Secretaria Extraordinária da Copa (Secopa) e um projeto de reestruturação da Procempa.

Entre os documentos também estava o que trata de alterações na taxa de iluminação pública. A proposta indicava uma tarifa progressiva de acordo com o consumo de energia. No entanto, após o anúncio de aumento superior a 20% na tarifa de energia elétrica da CEEE Equatorial, Melo recuou e solicitou o arquivamento do projeto.

Outro projeto apresentado por Melo trata de acordos sobre precatórios em dívida ativa no município. A proposta foi derrubada na reunião conjunta das comissões internas da Câmara, na última quarta-feira. A rejeição aconteceu porque o texto é muito semelhante a uma proposição do vereador Ramiro Rosário (Novo), que foi assinada em conjunto com outros seis vereadores.

O projeto cria o programa CompensaPOA e visa a utilização de precatórios para a compensação de débitos inscritos em dívida ativa do Município. O débito poderá ser compensado em até 90% de seu valor atualizado, incluindo neste percentual a multa, os juros e a correção monetária.

Os 10% restantes devem ser pagos em dinheiro, em até seis parcelas mensais, devendo a primeira parcela ser paga no ato do requerimento. Será possível utilizar mais de um precatório para a compensação de um mesmo débito.

O recesso da Câmara de Porto Alegre inicia no dia 23 de dezembro e se estende até o dia 31 de janeiro. Já no início do próximo ano legislativo, em 1º de fevereiro, a Câmara vai contar com uma composição diferente, já que seis dos atuais vereadores se elegeram para cargos de deputados, na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal.

Revogação da obrigatoriedade das emendas impositivas pode ser votada ainda neste ano

A Câmara de Porto Alegre pode seguir o debate sobre o fim das emendas impositivas até o final do ano legislativo, que encerra no dia 23 de dezembro. A bancada do PSOL indicou a intenção de apreciar ainda neste ano o projeto que propõe revogar a obrigatoriedade da destinação de recursos do orçamento municipal para emendas impositivas.

O propositor do texto, Roberto Robaina (PSOL), manifestou seu desejo de apreciar ainda neste ano a proposta que acaba com as emendas impositivas. O partido indicou que ainda está construindo a possibilidade de aprovação, mas até o momento não projeta que irá alcançar os 24 votos suficientes para aprovação. O assessor da bancada sinaliza que seria necessária mobilização popular para possibilitar a aprovação.

Logo após o início da tramitação do projeto, a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) promoveu uma reunião com entidades beneficiadas pelas emendas. Na ocasião, as instituições defenderam a essencialidade do recurso para a manutenção dos seus serviços.

A bancada do PSOL, questionada sobre a possibilidade de alterações do projeto para não prejudicar as entidades beneficiadas, informou que o PCdoB deve indicar uma emenda que propõe destinar os recursos das emendas impositivas ao orçamento participativo do município. O objetivo é que as entidades possam continuar recebendo os recursos por meio do orçamento.

A oposição defende que as instituições não deveriam depender do valor das emendas impositivas para a manutenção dos trabalhos. Para eles, o recurso deveria vir da própria prefeitura e do orçamento público.

O debate sobre o fim das emendas impositivas foi retomado após o vereador Giovane Byl ser preso preventivamente após a deflagração da Operação Cinesia, que investiga o desvio de mais de R$2 milhões em emendas destinadas ao Fundo Municipal da Saúde de Porto Alegre.

Paralelamente ao projeto, a Câmara também está no processo de instalação da CPI das Emendas que deve investigar os repasses de recursos para a saúde de Porto Alegre entre 2024 e 2026. A Casa também investiga o vereador preso através da Comissão de Ética que, no momento, aguarda a manifestação da defesa de Byl.